



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei N° 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

RESOLUÇÃO 005/2015.

Súmula: Dispõe sobre o edital de convocação para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Mercedes.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mercedes, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº 718, de 13 de Dezembro de 2007,

Considerando a deflagração de processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Mercedes para o quadriênio 2016-2019, devidamente regulamentado pela Resolução CMDCA n.º 004/2015,

RESOLVE

Art. 1º Fica aprovado o Edital de Convocação para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Mercedes, constante do anexo I, parte integrante desta Resolução.

Art. 2º Os editais posteriores, relativos ao certame deflagrado, poderão ser subscritos pela Presidente do CMDCA, independentemente de aprovação pelo plenário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mercedes-PR, 01 de abril de 2015.

Andréa Regina Alves Hahn
Presidente do CMDCA



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

ANEXO I

**ELEIÇÕES PARA O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE MERCEDES
QUADRIÊNIO 2016/2019**

EDITAL Nº 01/2015

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE MERCEDES-PR, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº. 718/2007, de conformidade com a Lei Federal nº 8.069/1990, com a Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e com a Resolução nº 004/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mercedes – CMDCA, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Mercedes para o quadriênio 2016/2019.

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

1.1. O processo de escolha em data unificada é disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 170/2015 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, assim como pela Lei Municipal nº 718/2007 e Resolução nº 004/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mercedes, sendo realizado sob a responsabilidade deste e fiscalização do Ministério Público.

1.2. Os membros do Conselho Tutelar local serão escolhidos mediante o sufrágio universal, direto, secreto e facultativo dos eleitores do município, em data de **04 de outubro de 2015**, sendo que a posse dos eleitos e seus respectivos suplentes ocorrerá na data de **10 de janeiro de 2016**;

1.3. O presente edital tem por objetivo dar início, regulamentar e conferir ampla publicidade ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

Mercedes para o quadriênio 2016/2019, que será ser conduzido por Comissão Especial Eleitoral devidamente constituída.

2. DO CONSELHO TUTELAR:

2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha;

2.2. Cabe aos membros do Conselho Tutelar, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas nos arts. 18-B, parágrafo único; 90, §3º, inciso II; 95; 131; 136; 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal nº 718/2007;

2.3. O presente Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Mercedes visa preencher as 05 (cinco) vagas existentes no colegiado, assim como selecionar os respectivos suplentes;

2.4. Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS DOS CANDIDATOS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR:

3.1. Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 31, da Lei Municipal nº 718/2007, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) ser pessoa de reconhecida idoneidade moral, comprovada por certidões de antecedentes cíveis e criminais expedidas pela Justiça Estadual e Federal;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

- b)** ter idade igual ou superior a vinte e um anos, comprovada por meio da apresentação do documento de identidade ou por outro documento oficial de identificação;
- c)** residir no município há pelo menos 1 (um) ano, comprovado por meio da apresentação de fatura de água, luz ou telefone fixo ou título de eleitor;
- d)** comprovar, por meio da apresentação de Diploma, Histórico Escolar ou Declaração de Conclusão de Curso emitido por entidade oficial de ensino, ter concluído o ensino médio, até o dia da posse;
- e)** possuir domicílio eleitoral no Município de Mercedes, comprovado mediante apresentação do título de eleitor;
- f)** possuir reconhecida experiência e conhecimento mínimo de 2 (dois) anos, na área de defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente, comprovada mediante declaração firmada pelo candidato, por meio de formulário próprio, em que conste a atividade desenvolvida, o tomador do serviço (pessoa física ou jurídica) e o período de atuação, conforme modelo disponibilizado pelo CMDCA. Para efeito desta Resolução, considera-se como experiência, entre outras, as atividades desenvolvidas por:
 - 1. professores, especialistas em educação (pedagogos), diretores e coordenadores de escola, bibliotecários e auxiliares de secretaria etc.;
 - 2. profissionais do Programa Estratégia Saúde da Família, auxiliares de enfermagem etc.;
 - 3. profissionais da assistência social, como assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais e outros que atuam em Projetos, Programas e Serviços voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias;
 - 4. empregados ou voluntários de entidades não-governamentais que atuam no atendimento de crianças e adolescentes e na defesa dos direitos desse segmento, como por exemplo, Pastoral da Criança, Pastoral da Juventude, Igrejas, Associações de Bairros etc.
- g)** não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar;
- h)** não estar exercendo função de agente político, comprovada mediante apresentação de declaração;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

i) participação em curso prévio promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

j) obter aproveitamento de, no mínimo, 60% em teste de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e atribuições do Conselho Tutelar.

3.2. O preenchimento dos requisitos legais, com exceção do disposto nas alíneas “i” e “j” do item anterior, deve ser demonstrado no ato da candidatura.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:

4.1. Os membros do Conselho Tutelar exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no art. 34, § 2º, da Lei Municipal nº 718/2007 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão;

4.2. O valor do vencimento é de: R\$ 1.184,48 (um mil, cento e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos);

4.3. Se eleito para integrar o Conselho Tutelar o servidor municipal, poderá optar entre o valor da remuneração do cargo de Conselheiro ou o valor de seus vencimentos, ficando-lhe garantidos:

a) o retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;

b) a contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

5. DOS IMPEDIMENTOS:

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art.140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

5.2. Existindo candidatos impedidos de atuar num mesmo Conselho Tutelar e que obtenham votação suficiente para figurarem entre os 05 (cinco) primeiros lugares, considerar-se-á eleito aquele que tiver maior votação; o candidato remanescente será reclassificado como seu suplente imediato, assumindo na hipótese de vacância e desde que não exista impedimento;

5.3. Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;

5.4. É também impedido de se inscrever no Processo de Escolha unificado o membro do Conselho Tutelar que:

- a) estiver cumprindo o segundo mandato consecutivo;
- b) tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio (considerado o mandato anterior de 3 anos), desconsiderado o período de prorrogação instituído pela regra de transição constante do art. 4º da Lei Municipal n.º 1177/2012.

6. DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:

6.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente Edital, uma Comissão Especial Eleitoral de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, para a organização e condução do presente processo de escolha;

6.2. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

- a) analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;
- b) receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;
- c) notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

- d)** decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
- e)** realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;
- f)** estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- g)** analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
- h)** escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;
- i)** divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;
- j)** notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;
- k)** divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

6.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o calendário constante do anexo I, parte integrante deste Edital;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

7.1.1. O calendário constante do Anexo I leva em conta a ocorrência de todos os eventos nele previstos, podendo haver alteração nas datas previstas caso algum ou alguns não ocorram, bem como, em face de superveniente necessidade de sua modificação;

7.1.2. As eventuais alterações nas datas previstas no calendário serão previamente divulgadas da mesma forma em que se dará a divulgação do presente Edital;

7.2. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fará publicar editais específicos no Diário Oficial ou meio equivalente para cada uma das fases do processo de escolha de membros do Conselho Tutelar, dispondo sobre:

- a)** inscrições e entrega de documentos;
- b)** relação de candidatos inscritos;
- c)** relação preliminar dos candidatos considerados habilitados, após a análise dos documentos;
- d)** relação definitiva dos candidatos considerados habilitados, após o julgamento de eventuais impugnações;
- e)** dia e locais de votação;
- f)** resultado preliminar do pleito, logo após o encerramento da apuração;
- g)** resultado final do pleito, após o julgamento de eventuais impugnações; e
- h)** Termo de Posse.

8. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

8.1. A participação no presente processo de escolha em data unificada iniciará-se pela inscrição por meio de requerimento impresso, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;

8.2. A inscrição dos candidatos será efetuada pessoalmente na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mercedes,



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

sito na Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555, centro, CEP 85998-000, na Cidade de Mercedes-PR, das 08:00 h às 12:00 h e das 13:30 às 17:30 h, de segunda a sexta-feira, entre os dias 06/04/2015 e 03/06/2015;

8.3. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

a) carteira de identidade ou documento equivalente;

b) documentação comprobatória do cumprimento dos requisitos constantes do item 3.1;

8.4. A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que poderá supri-la até a data limite para inscrição de candidaturas, prevista neste Edital;

8.5. Os documentos deverão ser entregues em duas vias para fé e contrafé;

8.6. Documentos digitalizados serão considerados válidos, desde que também apresentados os originais ou existentes apenas em formato digital;

8.7. Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;

8.8. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

9. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

9.1. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA efetuará, no prazo de 02 (dois) dias, a análise da documentação exigida neste Edital, com a subsequente publicação da relação dos candidatos inscritos;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

9.2. A relação dos candidatos inscritos e a documentação respectiva serão encaminhadas ao Ministério Público para ciência, no prazo de 02 (dois) dias, após a publicação referida no item anterior.

10. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:

10.1. Qualquer cidadão poderá requerer a impugnação de candidato, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação da relação dos candidatos inscritos, em petição devidamente fundamentada;

10.2. Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo 02 (dois) dias, começando, a partir de então, a correr o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar sua defesa;

10.3. A Comissão Especial Eleitoral analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo solicitar a qualquer dos interessados a juntada de documentos e outras provas do alegado;

10.4. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação;

10.5. Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada;

10.6. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;

10.7. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 02 (dois) dias, contados da data da publicação do edital referido no item anterior;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

10.8. Esgotada a fase recursal e realizada a reunião de que trata o item 6.2, “e”, deste Edital, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia ao Ministério Público;

10.9. Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

11. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:

11.1. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao processo de escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

11.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

11.3. Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item **10.8** deste Edital;

11.4. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;

11.5. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;

11.6. As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádio, igrejas etc.) que tenham interesse em promover debates com os



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselheiro Tutelar;

11.7. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;

11.8. Cabe à Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas;

11.9. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

11.10. É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

11.11. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

11.12. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

12. DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:

12.1. A eleição para os membros do Conselho Tutelar do Município de Mercedes realizar-se-á no dia **04 de outubro de 2015**, das 08h às 17h, conforme previsto no art. 139, da Lei nº 8.069/90 e Resolução nº 152/2012, do CONANDA;

12.2. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná;

12.3. As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão do Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

12.4. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

12.5. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;

12.6. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;

12.7. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

12.8. O eleitor poderá votar em apenas um candidato;

12.9. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado;

12.10. Será também considerado inválido o voto:

- a)** cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;
- b)** cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;
- c)** cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;
- d)** em branco;
- e)** que não corresponder a número de qualquer candidato habilitado;
- f)** que tiver o sigilo violado.

12.11. Efetuada a apuração, serão considerados eleitos os 05 (cinco) candidatos mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

12.11. Na hipótese de empate na votação, será considerado eleito o candidato que, sucessivamente:

- a) apresentar melhor desempenho no teste de conhecimentos;
- b) apresentar maior tempo de atuação na área da infância e adolescência;
- c) residir a mais tempo no município;
- d) tiver maior idade.

13. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:

13.1. Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

13.2. É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a “boca de urna” e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;

13.3. Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem;

13.4. Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

14. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

14.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.

15. DA POSSE:

15.1. A posse dos membros do Conselho Tutelar será concedida pelo Prefeito, no dia **10 de janeiro de 2016**, conforme previsto no art. 139, §2º, da Lei nº 8.069/90;

15.2. Além dos 05 (cinco) candidatos mais votados, também devem tomar posse, pelo menos, 05 (cinco) suplentes, também observada a ordem de votação, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Postos de Saúde e Escolas da Rede Pública Municipal;

16.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 718/2007;

16.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha em data unificada dos membros do Conselho Tutelar;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

16.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;

16.5. Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) fiscal e 01 (um) suplente para acompanhar a votação, apuração dos votos e etapas preliminares do certame;

16.6. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

16.7. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato do processo de escolha.

Publique-se!

Encaminhe-se cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal locais!

Mercedes-PR, 01 de abril de 2015

Andrea R. A. Hahn
Presidente do CMDCA

ANEXO I

Calendário Referente ao Edital nº 001/2015 do CMDCA

1 - Publicação do Edital: 02/04/2015;

2 - Inscrições na sede do CMDCA das 08:00 h do dia 06/04/2015 às 17:30 h do dia 03/06/2015;

3 - Análise dos Requerimentos de inscrições: de 05/06/2015 à 08/06/2015;

4 - Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferida: 09/06/2015;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

- 5 - Prazo para recurso de 10/06/2015 à 11/06/2015;**
- 6 - Análise dos recursos pela Comissão Especial Eleitoral: de 12/06/2015 à 15/06/2015;**
- 7 - Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista preliminar dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética: 16/06/2015;**
- 8 - Abertura de prazo para recurso à Plenária do CMDCA: 17/06/2015;**
- 9 - Julgamento dos recursos pelo CMDCA: 19/06/2015;**
- 10 – Divulgação do resultado dos recursos pelo CMDCA e convocação para participação em curso prévio sobre o ECA : 23/06/2015;**
- 11 – Curso prévio promovido pelo CMDCA sobre o ECA: 18/07/2015, com início às 08:30 h;**
- 12 - Teste de aproveitamento sobre o ECA: 18/07/2015, com início às 14:00 h;**
- 13 – Divulgação do gabarito do teste de aproveitamento: 19/07/2015, no site no Município de Mercedes: www.mercedes.pr.gov.br;**
- 14 – Publicação do resultado do teste de aproveitamento:21/07/2015;**
- 15 – Prazo para recurso: 22/07/2015 à 23/07/2015;**
- 16 - Análise dos recursos pela Comissão Especial Eleitoral: 24/07/2015 à 27/07/2015;**
- 17 - Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista preliminar dos candidatos aprovados no teste de aproveitamento: 28/07/2015;**
- 18 - Abertura de prazo para recurso à Plenária do CMDCA: 29/07/2015;**
- 19 - Julgamento dos recursos pelo CMDCA: 31/07/2015;**
- 20 - Divulgação do resultado dos recursos pelo CMDCA e publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida, em ordem alfabética: 04/08/2015;**
- 21 – Reunião da Comissão Especial Eleitoral com os candidatos acerca das regras do processo eleitoral: 06/08/2015;**



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Nº 718, de 13 de Dezembro de 2007.
Mercedes – Paraná

- 22** – Divulgação da lista definitiva dos candidatos habilitados, com nome completo, número e codinome ou apelido a ser utilizado, bem como, início da campanha eleitoral: 07/08/2015.
- 23** - Dia da votação: 04/10/2015;
- 24** - Divulgação do resultado da votação: 05/10/2015;
- 25** - Prazo para impugnação do resultado da eleição: de 05/10/2015 a 06/10/2015;
- 26** - Julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 07/10/2015;
- 27** - Publicação do resultado do julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 09/10/2015;
- 28** - Prazo para recurso quanto ao julgamento dos recursos interpostos contra resultado da eleição: de 13/10/2015 à 14/10/2015;
- 29** - Publicação do resultado do julgamento dos recursos pelo CMDCA: 17/10/2015;
- 30** - Proclamação do resultado final da eleição: 20/10/2015;
- 31 - Posse e diplomação dos eleitos: 10/01/2016.**